

EM TODO CANTO

Aperta o cerco. Mas há esperança

Boas e más notícias trazidas pelos Regionais do Cimi

Na última reunião do Conselho do Cimi, de 13 a 17 de setembro pp. (ver página seguinte) os conselheiros trouxeram as notícias da caminhada dos povos indígenas em seus respectivos regionais. Algumas boas notícias, outras muitas preocupantes, outras ainda que são verdadeiros gritos de alerta, como a oferta de financiamentos agrícolas aos Terena (ver última página). PORANTIM apresenta, resumidamente, alguns dos informes trazidos das bases:

Acre — Concluído um levantamento dos **Kulina** do vale do Juruá, feito pelos missionários Rosa Maria Monteiro, da Opan, Padre Egon e Sérgio, ajudados por dez índios dessa mesma nação, mas que vivem no Purus. Foram localizadas 28 aldeias **Kulina**, totalizando 708 índios. A dispersão desse povo é atribuída à falta de lideranças e de pajés. Ainda sobre os **Kulina**: Kanaú, voluntário da Opan, concluiu, com a assessoria de Ruth Montserrat e Darci Sechi, a primeira etapa da montagem de uma gramática da língua **kulina**. Já está encaminhada a impressão de uma cartilha silábica que deverá ser usada nas áreas **kulina** em 1983. Já os **Katukina** que vivem em frente à cidade de Feijó se mobilizaram, em agosto, para desviar a estrada que passa no meio de sua aldeia. O chefe da Ajudância da Funai no Acre está apoiando a reivindicação dos **Katukina**.

Rondônia — A elevação do território a Estado e a implantação do Polonoroeste têm provocado graves conseqüências para os povos indígenas. Já foram feitas prospecções minerais em todas as áreas indígenas. A riqueza do subsolo (principalmente cassiterita) é a provável explicação para o atraso na demarcação de muitas áreas. A demarcação do território dos **Cintas-Largas**, por exemplo, tem sido inexplicavelmente adiada por várias vezes. Documentos importantes "não são encontrados" pela Funai, em Brasília, quando são cobradas providências. Enquanto isso, o processo de desintegração avança. É cada vez mais comum se encontrar famílias de índios à beira da estrada, andando sem rumo, ou trabalhando como peões nas fazendas que se instalam em grande número, sobretudo em Juina (MT) e Vilhena (RO). Há também muitos índios destribalizados nas periferias das cidades, particularmente Porto Velho. A área dos **Uru-Eu-Wau-Wau**, apesar de interdita, está sendo invadida por todos os lados, o que justifica a reação dos índios às frentes de atração da Funai. Há notícias de que, com autorização oficial,



Família Katukina (Acre)

equipes de japoneses estariam visitando as frentes de atração para filmar os índios. Para não se ficar só em más notícias, um sinal de esperança: em Guajará, Mirim, a Equipe de Pastoral Indigenista, em colaboração com o Padre Casimiro, elaborou a primeira cartilha na língua dos **Oro Wari (Pakaa Nova)**.

Maranhão — Continua o dramático problema dos **Krikatí**, na rota do Projeto Carajás, sem terra demarcada e com a aldeia cheia de máquinas paradas. Outro grave problema é o dos três, quatro ou mais grupos de **Guajá** arredios, que perambulam na faixa de mata que vai das cabeceiras do rio Caru (município de Bom Jardim) até o rio Gurupi (município de Carutapera). Esta região, também no corredor ferroviário do Projeto Carajás, já foi retalhada pelas grandes empresas e agora está sendo ocupada por lavradores sem terra que desmataram grandes glebas. Alguns, inclusive, já entraram em contato com um grupo desses **Guajá**. Apesar de os **Guajá** arredios estarem incluídos no convênio Funai-Cia. Vale do Rio Doce (ver PORANTIM nº 43), nada se fez ainda de concreto para tirá-los da área de conflito e levá-los para o Posto Indígena Caru. "A Funai sequer se preocupou com interditar aquela área". (NR - No Diário Oficial da União, de 16-09-79, saiu a demarcação administrativa).

Mato Grosso do Sul — Algumas dezenas de famílias de **Kayová** estão aldeadas em diversas fazendas que se formaram nas terras desse povo. Há algum tempo começou a organização para a retomada de seu território. As 41 famílias da Aldeia Piracua, por exemplo, estiveram na Funai, em Brasília, em agosto último. No final do mês, uma comissão da Funai esteve na área, esperando-se para breve a demarcação final de 1.600 hectares exigidos pelos índios, e que serão desmembrados da fazenda

Serra Brava. Em outras aldeias a mobilização também é bastante intensa pela retomada das terras tribais.

Minas Gerais — Ainda nenhuma solução para o caso do assassinato do **Maxakali** Valdomiro, morto em julho com 36 facadas. A Polícia Federal esteve investigando na área, ouvindo os fazendeiros, a Funai, os índios, os agentes pastoraes da diocese de Teófilo Otoni (cujo bispo, Dom Quirino, atribuiu o crime a fazendeiros), mas nada se esclareceu. Por sua vez, os **Krenak** obtiveram, na Justiça, o direito de permanecer em suas terras até o final do processo em que eles reivindicam os 4 mil hectares que lhes haviam sido doados em 1920. Outras vitórias: cinco índios conseguiram da Funai, em Brasília, autorização para que o trator arasse toda a área atualmente ocupada, anulando determinação anterior da Delegacia Regional que só permitira a aração de 13 alqueires; ganharam também indenização dos prejuízos causados pelo gado de um dos fazendeiros em suas roças. Mas isto, só depois de terem apreendido 14 reses desse fazendeiro, com ameaças de matar o gado caso não fosse paga a indenização para as famílias **Krenak** prejudicadas.

Mato Grosso — Está confirmada a presença de índios não contactados entre os rios Aripuanã e Juruena. Dia 16 de agosto pp., seringueiros deram notícia de que os índios apareceram e acamparam nas praias do Aripuanã, perto do lugar conhecido como Terra Preta. O padre Balduino, da Missão Anchieta, que há dois anos vem realizando expedições por terra e sobrevôos na região a fim de verificar as aldeias, já encaminhou pedido de interdição da área — que, por sinal, é pretendida pela Cotriguaçu.

